

ROQUE ANTONIO CARRAZZA

**CURSO DE DIREITO
CONSTITUCIONAL
TRIBUTÁRIO**

*35ª edição, revista, ampliada e atualizada
até a Emenda Constitucional 132, de 20.12.2023
(com anotações sobre a reforma constitucional tributária)*

2024

1ª ed.: 1986; 2ª ed.: 01.1991; 3ª ed.: 08.1991; 4ª ed.: 02.1993; 5ª ed.: 07.1996; 6ª ed.: 07.1994;
7ª ed.: 07.1995; 8ª ed.: 04.1996; 9ª ed.: 03.1997; 10ª ed.: 08.1997; 11ª ed., 1ª tir.: 02.1998;
2ª tir.: 08.1998; 12ª ed.: 02.1999; 13ª ed.: 08.1999; 14ª ed.: 04.2000; 15ª ed.: 10.2000;
16ª ed.: 04.2001; 17ª ed.: 02.2002; 18ª ed.: 08.2002; 19ª ed., 1ª tir.: 03.2002; 2ª tir.: 09.2003;
3ª tir.: 02.2004; 4ª tir.: 06.2004; 20ª ed.: 9.2004; 21ª ed.: 09.2005; 22ª ed.: 05.2006;
23ª ed.: 06.2007; 24ª ed.: 05.2008; 25ª ed.: 05.2009; 26ª ed.: 02.2010; 27ª ed.: 02.2011;
28ª ed.: 03.2012; 29ª ed.: 04.2013; 30ª ed.: 02.2015; 31ª ed.: 02.2017; 32ª ed.: 03.2019;
33ª ed.: 05.2021; 34ª ed.: 02.2023.



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757

Contatos: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>
malheiroseditores@terra.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM e Malheiros Editores

Diagramação: PC Editorial Ltda. (pceditorial@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

C313c Carrazza, Roque Antonio.
Curso de Direito Constitucional Tributário / Roque Antonio Carrazza – 35.ed., rev.,
atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.

1200 p.

Inclui Bibliografia.
ISBN: 978-85-442-5115-7

1. Direito Tributário. I. Carrazza, Roque Antonio. II. Título.

CDD 341.39

Bibliotecária Responsável

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM e Malheiros Editores.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO**TÍTULO I – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS****Capítulo I – Princípios Constitucionais**

1. Introdução	35
2. Noção de princípio.....	43
3. Princípios jurídicos. Princípios jurídico-constitucionais	45
4. O princípio jurídico-constitucional e a interpretação	49
5. O princípio constitucional como diretriz do sistema jurídico.....	56
6. A Magna Carta e a supremacia dos princípios constitucionais.....	57
7. Outras considerações	59

Capítulo II Princípio Republicano e Tributação

1. Noções preliminares	62
2. Conceito de República. Seus elementos	63
3. Proibição de vantagens tributárias fundadas em privilégios.....	76
4. O princípio republicano e a igualdade tributária	78
5. O alcance do princípio republicano	81
6. A relevância jurídica do princípio republicano.....	81
7. O princípio republicano e a competência tributária	83
8. O princípio republicano e a capacidade contributiva.....	85
8.1 Noções gerais	89
8.2 Destinatários do princípio da capacidade contributiva	97
8.3 Eficácia do princípio da capacidade contributiva	97
8.3.1 Capacidade contributiva e não confiscatoriedade	102
8.4 Análise jurídica do tópico “sempre que possível (...)” (art. 145, § 1º, primeira parte, da CF).....	110
8.4.1 O IPTU e a capacidade contributiva	114
8.4.2 O IR e a capacidade contributiva	121
8.5 Síntese conclusiva	130

Capítulo III – Princípio Federativo e Tributação

1. Colocação do tema.....	131
2. A natureza jurídica do Estado Federal	132
2.1 A soberania e o Estado	133
2.2 Os Estados simples e as Uniões de Estados	136
2.2.1 As Uniões pessoais	137
2.2.2 As Confederações de Estados	137
2.2.2.1 Diferenças entre a Confederação de Estados e o Estado Federal – A Confederação de Estados e o Estado Federal são entidades diversas e, assim, inconfundíveis. O traço distintivo entre eles repousa na soberania, presente nos Estados confederados, não, porém, nos federados (Le Fur).....	139
2.3 O Estado Unitário Descentralizado e o Estado Federal	140
2.4 As Uniões reais e o Estado Federal	140
2.5 Outras características do Estado Federal.....	142
3. O princípio federativo, no Brasil	143
3.1 Igualdade jurídica entre a União e os Estados-membros	144
3.2 A natureza jurídica da União.....	146
3.3 A indissolubilidade da Federação Brasileira	147
3.4 A competência residual dos Estados	148
3.5 A coexistência das autonomias federal e estaduais	150
3.6 As leis complementares estaduais	151
3.7 A relevância jurídica do princípio federativo, no Brasil	152
4. Os Estados-membros e suas Constituições	153
4.1 A igualdade jurídica dos Estados-membros	158
5. Últimas considerações	158

Capítulo IV – Autonomia Municipal e Tributação

1. Introdução	161
2. Caráter jurídico do princípio.....	163
3. O conteúdo da “autonomia municipal”.....	165
4. O art. 30 da CF e os assuntos de interesse local. A lei orgânica municipal	167
5. Assuntos de interesse predominantemente local	170
6. Resposta aos críticos da fórmula “assuntos de interesse local”	173
7. O art. 30 da CF e seu rol exemplificativo	174
8. A relevância jurídica do princípio da autonomia municipal	175
9. A competência tributária do Município em face do art. 30 da CF.....	176
10. Outras considerações	178
11. A autonomia do Distrito Federal.....	178

Capítulo V – Princípio da Anterioridade e Tributação

1. Noções preliminares	181
------------------------------	-----

2.	Exceções ao princípio e aparente exceção.....	191
2.1	As “contribuições” (art. 149 e seu § 1º da CF), os empréstimos compulsórios do art. 148, II, da CF, os impostos residuais da União (art. 154, I, da CF) e o princípio da anterioridade.....	199
2.2	Conclusão parcial.....	201
3.	O princípio da anualidade: a possibilidade jurídica de sua inclusão nas Constituições estaduais e nas leis orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal.....	201
4.	O princípio da anterioridade e a alteração das formas e dos prazos de pagamento do tributo.....	204
5.	As isenções tributárias e o princípio da anterioridade.....	206
5.1	Outro caminho.....	207
5.2	A revogação das isenções de ICMS e o princípio da anterioridade.....	208
5.3	As isenções advindas de tratados internacionais e o princípio da anterioridade... ..	212
5.3.1	Tratados internacionais. Noção geral.....	212
5.3.2	Os tratados internacionais, no Brasil.....	216
5.3.3	Os tratados internacionais tributários.....	220
5.4	A isenção tributária com prazo prefixado de vigência e o princípio da anterioridade.....	221
5.5	As isenções concedidas com base no art. 156, § 3º, II, da CF, e o princípio da anterioridade.....	222
6.	A delegação da capacidade tributária ativa e o princípio da anterioridade.....	223
7.	Síntese conclusiva.....	224

Capítulo VI **Legalidade e Tributação**

1.	Introdução.....	227
2.	O princípio da legalidade. Generalidades.....	231
2.1	A lei e o tributo.....	234
3.	A legalidade no direito tributário brasileiro.....	238
3.1	Aspectos gerais.....	238
3.2	A lei como limitação ao exercício da competência tributária.....	246
3.3	Novas considerações.....	246
3.3.1	Generalidades.....	246
3.3.2	A regra “solve et repete” e a legalidade tributária.....	249
3.3.3	A legalidade e o prazo e as condições de recolhimento dos tributos. A indexação dos tributos (sua impossibilidade, ainda que prevista em lei).....	251
3.4	Lei ordinária e tributação.....	254
3.4.1	Circunscrição do problema.....	254
3.4.2	As medidas provisórias e a tributação.....	257
3.4.2.1	Os impostos previstos no art. 153, I, II, IV e V, da CF, o antigo imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direito de natureza financeira e a antiga contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (CPMF) e as medidas provisórias.....	266

3.4.2.2	Os impostos extraordinários e as medidas provisórias	268
3.4.2.3	Os empréstimos compulsórios, os impostos da competência residual da União, o antigo imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (IPMF), as contribuições que criam novas fontes de custeio para a seguridade social e as medidas provisórias...	269
3.4.2.4	As “contribuições sociais para a seguridade social” e as medidas provisórias Também as “contribuições sociais para a seguridade social” não aceitam as medidas provisórias	270
3.4.2.5	Últimas colocações	271
3.4.3	As leis delegadas e a tributação.....	272
3.4.4	Síntese conclusiva.....	274
4.	Aparentes exceções ao princípio da legalidade tributária.....	274
5.	Considerações sobre o “processo legislativo” e a lei ordinária	281
5.1	A iniciativa	282
5.2	A deliberação.....	289
5.3	A sanção.....	290
5.4	A promulgação	291
5.5	A publicação.....	294
5.5.1	Noções gerais.....	294
5.5.2	Conceito	296
5.6	Epítome	305
6.	A revogação das leis tributárias	305
6.1	Noções básicas	305
6.2	Assuntos paralelos.....	306
6.3	A irreprestabilidade.....	309
7.	A legalidade e os deveres instrumentais tributários.....	311
8.	O “desvio de poder” no exercício da função legislativa tributária. Sua inconstitucionalidade.....	320
9.	A irretroatividade das leis tributárias.....	323
10.	Limitações ao princípio da legalidade.....	333
11.	A lei e a faculdade regulamentar.....	335
11.1	A “referenda” do regulamento tributário. Sua imprescindibilidade.....	352
12.	Legalidade e os princípios federativo, da autonomia municipal e da autonomia do Distrito Federal.....	356

Capítulo VII – Segurança Jurídica e Tributação

1.	Noções introdutórias.....	357
2.	Estado de Poder, Estado de Direito e Estado Democrático de Direito.....	361
2.1	O Estado Democrático de Direito e os direitos fundamentais	363
2.2	Origem da proteção jurídica aos direitos fundamentais.....	364
2.3	O alcance dos direitos fundamentais.....	365
3.	Direitos fundamentais e tributação.....	379

3.1	O “estatuto do contribuinte”	381
4.	Segurança jurídica da tributação e os princípios da tipicidade fechada, do exclusivismo, da adequada eleição do sujeito passivo tributário, da vinculação do lançamento à lei, da interpretação estrita da lei, da igualdade, da confiança na lei fiscal, da boa-fé do contribuinte e da moralidade.....	384
5.	Da consulta fiscal e seus efeitos jurídicos	405
6.	A segurança jurídica, o “livre acesso” ao Poder Judiciário e o contencioso administrativo-tributário.....	411
7.	A inconstitucionalidade da responsabilidade tributária por fato futuro (substituição tributária “para frente”).....	433
8.	A segurança jurídica e as presunções, ficções e indícios	439
8.1	Das presunções	440
8.2	Das ficções	444
8.3	Dos indícios.....	446
8.4	Consequências a tirar	450
8.5	A norma geral antielisiva. Sua correta compreensão	454
8.5.1	Da simulação fiscal	455
9.	A quebra dos sigilos bancário, de dados e fiscal sem expressa autorização do Poder Judiciário. Sua inconstitucionalidade	458
10.	O “princípio da proporcionalidade” como limite constitucional à criação ou aumento dos tributos.....	463
11.	O dever do Estado de indenizar os contribuintes, pelos danos que lhes causar	467
11.1	Noção geral	467
11.2	Excesso de exação e dever de indenizar os contribuintes	471
11.3	A prescrição da ação de indenização contra a Fazenda Pública.....	483
12.	Garantias dos contribuintes, diante da tributação	488
13.	Considerações finais	491

TÍTULO II – COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Capítulo VIII – Competência Tributária – Definição – Características

1.	Considerações gerais.....	495
2.	Competência tributária.....	497
2.1	Introdução.....	497
2.2	A Constituição como a Carta das Competências.....	497
2.3	Conceito	498
2.4	O exercício da competência tributária.....	502
2.5	A competência tributária e seus limites jurídicos.....	502
2.6	A competência tributária e o estado de sujeição dos contribuintes	504
2.7	Os titulares da competência tributária.....	504
2.8	A competência tributária e a criação de tributos	506

2.9	Questões conexas	508
2.10	Competência tributária e os “arquetipos” dos tributos.....	509
3.	Características.....	513
3.1	Privatividade.....	513
3.1.1	Introdução ao assunto e análise de questões paralelas	513
3.1.2	A classificação jurídica dos tributos.....	519
3.1.2.1	Os impostos.....	522
3.1.2.2	As taxas. Suas modalidades. Taxas e “preços públicos”. O pedágio.....	528
3.1.2.3	A contribuição de melhoria.....	552
3.1.2.4	Os empréstimos compulsórios	559
3.1.2.5	As “contribuições parafiscais”	568
3.1.2.6	Os “impostos extraordinários”	569
3.1.2.7	As “contribuições” (art. 149 e seus parágrafos da CF).....	572
3.1.2.8	Síntese conclusiva	634
3.1.3	A privatividade das competências tributárias em relação aos impostos. Os critérios “material” e “territorial” de partilha das competências impositivas.....	634
3.1.4	A privatividade das competências tributárias em relação às taxas e à contribuição de melhoria (tributos vinculados a uma atuação estatal).....	640
3.2	Indelegabilidade	643
3.3	Incaducabilidade.....	649
3.4	Inalterabilidade.....	652
3.5	Irrenunciabilidade.....	656
3.6	Facultatividade	657
4.	Repartição das receitas tributárias	664
4.1	Colocação do problema.....	664
4.2	Hipótese em que nasce o direito à participação nas receitas tributárias.....	666
4.3	Tema financeiro. A importância de seu estudo.....	668
4.4	As fórmulas adotadas pela Constituição brasileira na repartição das receitas tributárias.....	670
4.4.1	Os Estados-membros e a partilha de suas rendas aos Municípios localizados em seus territórios	676
4.4.2	O “diferencial de alíquotas” no ICMS e a repartição das receitas tributárias decorrentes deste tributo	679
4.4.3	Cautelas constitucionais	681
4.5	Breve conclusão	684
5.	Tributação e defesa do meio ambiente.....	684
6.	A tributação no ambiente da “computação em nuvem”	702
7.	Anotações complementares	707
8.	Últimas considerações	716

Capítulo IX – Imunidades Tributárias

1. Introdução.....	721
2. A impossibilidade de serem ignoradas as situações de imunidade.....	733
3. As acepções da expressão “imunidade tributária”.....	736
4. As imunidades do art. 150, VI, da CF	738
4.1 As imunidades das pessoas políticas.....	739
4.2 As imunidades das entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes.....	755
4.2.1 A noção jurídica de “culto”	772
4.2.2 Dos ganhos dos religiosos e do seu tratamento jurídico tributário	775
4.3 As imunidades dos partidos políticos e suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e assistência social.....	780
4.3.1 Considerações gerais	780
4.3.2 Imunidades dos partidos políticos e suas fundações	787
4.3.3 As entidades sindicais dos trabalhadores	789
4.3.4 As instituições de educação.....	790
4.3.5 As instituições de assistência social.....	797
4.3.6 Considerações adicionais	811
4.4 Imunidades aos livros, jornais, periódicos e papel destinado à sua impressão ...	819
4.4.1 Considerações gerais	819
4.4.2 A acepção da palavra “livros”, para fins de imunidade.....	821
4.4.2.1 Desdobramento da ideia.....	823
4.4.2.2 Distinção importante.....	824
4.4.2.3 A indeterminação da palavra “livro”. Sua irrelevância, para fins de imunidade tributária	825
4.4.2.4 A desvinculação do livro ao papel, para fins de imunidade tributária.....	830
4.4.3 Ainda o papel de imprensa e outros “insumos”	833
4.4.3.1 Explicação necessária	834
4.4.4 Considerações adicionais	836
4.5 A imunidade do art. 150, VI, “e”, da CF	837
5. A imunidade do art. 150, § 2º, da CF.....	839
6. Demais imunidades.....	843
6.1 A imunidade do art. 149, § 2º, I, da CF.....	843
6.2 A imunidade do art. 153, § 2º, II, da CF	847
6.3 A imunidade do art. 153, § 3º, III, da CF	848
6.4 A imunidade do art. 153, § 4º, II, da CF	849
6.5 A imunidade do art. 155, § 2º, X, “a”, da CF.....	851
6.6 A imunidade do art. 155, § 2º, X, “b”, da CF.....	855
6.7 A imunidade do art. 155, § 2º, X, “c”, da CF.....	862
6.8 A imunidade do art. 155, § 2º, X, “d”, da CF.....	864
6.9 A imunidade do art. 155, § 3º, da CF	869
6.10 A imunidade do art. 156, II, “in fine”, da CF.....	872

6.11 A imunidade do art. 156, § 2º, I, da CF.....	873
6.12 A imunidade do art. 184, § 5º, da CF.....	877
6.13 A imunidade do art. 195, § 7º, da CF.....	877
7. As imunidades e os deveres instrumentais tributários.....	895

Capítulo X – Isenções Tributárias

1. Observações introdutórias.....	896
2. Conceito.....	900
2.1 Isenção como “dispensa legal do pagamento do tributo”.....	900
2.2 Isenção como “hipótese de não incidência tributária, legalmente qualificada”..	901
2.3 Posição de Paulo de Barros Carvalho.....	903
2.4 Novas ideias.....	907
3. Competência para isentar, no Brasil.....	909
3.1 Isenções concedidas por meio de lei ordinária.....	909
3.2 Isenções concedidas por meio de lei complementar.....	914
3.3 Isenções concedidas por meio de tratados internacionais.....	915
3.4 Isenções concedidas por meio de decreto legislativo estadual ou do Distrito Federal (ICMS).....	917
3.5 Revogação de isenção tributária e anterioridade.....	919
4. Questões paralelas.....	919
4.1 Modalidades de isenções tributárias.....	920
4.1.1 Isenções transitórias e permanentes. Consequências jurídicas de sua revogação.....	920
4.1.2 Isenções condicionais e incondicionais.....	921
4.1.3 Isenções condicionais, com prazo certo. Consequências jurídicas de sua revogação total ou parcial.....	925
4.2 O campo de incidência das leis isentivas.....	937
4.3 Isenções de ICMS, concedidas por lei complementar, antes do advento da atual Constituição. Seu desaparecimento.....	940
5. Isenção, remissão e anistia tributárias. Suas diferenças jurídicas.....	941
6. Epítome.....	943
7. Os benefícios fiscais e o modo de serem interpretados e aplicados.....	944
8. O <i>PERSE</i> e a impossibilidade jurídica de sua prematura cassação.....	956

Capítulo XI – Normas Gerais em Matéria de Legislação Tributária

1. Introdução.....	963
2. A Constituição e as normas gerais em matéria de legislação tributária.....	966
2.1 Os prazos de decadência e prescrição das “contribuições previdenciárias”.....	983
2.2 O tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.....	986
3. O caráter declaratório das normas gerais em matéria de legislação tributária.....	992

4.	O alcance das normas gerais em matéria de legislação tributária.....	994
5.	Novos argumentos	997
5.1	Conflitos de competência tributária. Como as normas gerais em matéria de legislação tributária devem evitá-los.....	1001
6.	O Código Tributário Nacional e as normas gerais em matéria de legislação tributária	1003
7.	Outras leis complementares tributárias.....	1006
7.1	A lei complementar prevista no art. 148 da CF.....	1006
7.2	A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 150, VI, “c”. da CF.....	1007
7.3	A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 150, § 5º, da CF.....	1007
7.4	A lei complementar prevista no art. 153, VII, da CF	1010
7.5	A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 153, § 2º, II, da CF.....	1011
7.6	A lei complementar prevista no art. 154, I, da CF	1011
7.7	A lei complementar prevista no art. 155, § 1º, III, da CF	1011
7.8	A lei complementar prevista no art. 155, § 2º, XII, da CF	1015
7.9	A lei complementar prevista no art. 156, III, da CF	1033
7.10	A lei complementar prevista no art. 156, § 3º, I, da CF	1041
7.11	A lei complementar prevista no art. 156, § 3º, II, da CF.....	1044
7.12	A lei complementar prevista no art. 156, § 3º, III, da CF	1049
7.13	A lei complementar prevista no art. 195, § 4º, da CF	1050
7.14	A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 195, § 7º, da CF.....	1050
7.15	A lei complementar prevista no art. 195, § 11, da CF	1050
7.16	A lei complementar prevista no art. 2º da EC 3/1993.....	1051
8.	Lei complementar estadual veiculadora de “normas gerais em matéria de legislação tributária”. Sua possibilidade.....	1051
9.	As leis complementares previstas na EC n. 132/2023	1054
9.1	A lei complementar prevista no art. 149-C, §§ 1º e 2º, da CF	1055
9.2	A lei complementar prevista no art. 153, VIII, da CF	1055
9.3	A lei complementar prevista no art. 155, § 1º, VII, da CF	1056
9.4	As leis complementares previstas no art. 156-A da CF.....	1057
9.5	As leis complementares previstas no art. 156-B da CF.....	1065
9.6	A lei complementar prevista no art. 156-B, § 8º, da CF	1067
9.7	A lei complementar prevista no art. 195, V, da CF	1067
9.8	A lei complementar prevista no art. 9º da EC 132/2023	1068
9.9	As leis complementares previstas no art. 92-B, <i>caput</i> e nos §§ 2º, 3º e 6º, do ADCT	1070
9.10	A lei complementar prevista no parágrafo único do art. 124 do ADCT.....	1071
9.11	A lei complementar prevista no § 4º do art. 125 do ADCT.....	1071
9.12	A lei complementar prevista no art. 126, III, do ADCT	1072
9.13	As leis complementares previstas no art. 130, <i>caput</i> e § 10, do ADCT.....	1072
9.14	As leis complementares previstas nos §§ 2º a 5º do art. 131 do ADCT.....	1075
9.15	As leis complementares previstas nos §§ 4º a 13 do art. 9º do ADCT.....	1077
9.16	A lei complementar prevista no § 3º do art. 132 do ADCT.....	1078

9.17	As leis complementares previstas no art. 134, <i>caput</i> e § 6º, do ADCT	1079
9.18	A lei complementar prevista no art. 135 do ADCT	1080
9.19	As demais leis complementares previstas no ADCT pela EC 132/2023	1080
10.	Considerações adicionais	1101

**Capítulo XII – CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE
A REFORMA TRIBUTÁRIA REALIZADA PELA EC 132/2023**

Capítulo XIII – CONCLUSÕES

Título I – Princípios constitucionais tributários	1120
Capítulo I	1120
Capítulo II	1121
Capítulo III	1122
Capítulo IV	1124
Capítulo V	1125
Capítulo VI	1126
Capítulo VII	1128
Título II – Competência tributária	1130
Capítulo VIII	1130
Capítulo IX	1134
Capítulo X	1135
Capítulo XI	1137
<i>Bibliografia</i>	1141
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	1173